



Assembleia Municipal de Odiveelas

ATA Nº 07/2012

**ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2012
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos **dez dias do mês de Maio, do ano dois mil e doze**, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu a **Assembleia Municipal de Odiveelas**, em **6ª Sessão Extraordinária**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odiveelas, sob a Presidência de Sérgio Constantino Paiva, António José Real da Fonseca e José Carlos Pires, como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – REVISÃO ORÇAMENTAL -----

PONTO 2 – CONCURSO PUBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS, CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NO REFEITÓRIO MUNICIPAL -----

PONTO 3 – PARECER SOBRE AGREGAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NO CONCELHO DE ODIVELAS -----

PONTO 4- CONTRATOS DE ARRENDAMENTO – ESCOLA EB1/JI DO CASAL DOS APRESTIMOS – PAVILHAO MULTIUSOS. -----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia da Pontinha, **José Guerreiro**, pela sua substituta **Gracinda Pinho**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia do Olival Basto, **Joaquim Farinha** pela sua substituta **Maria Teresa Henriques** -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Susana Neves**, pelo Membro **Alberto Castelo**.--

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Edgar Valles**, pelo Membro **Alcina Trindade**.----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Bruno Duarte**, pelo Membro **Paula Paçó**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Joaquim Campos**, pelo Membro **Conceição Cuco** -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Fátima Amaral**, pelo Membro **João Lourenço** -----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **39** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado a ausência da Deputada Municipal Raquel rodrigues, pela Bancada da CDU. -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador e os Senhores Vereadores: Carlos Bodião e Sandra Pereira pela bancada do PSD, Rui Francisco e Maria da Luz Nogueira pela bancada da CDU, Fernanda Franchi, Hugo Martins e Mário Máximo, da bancada do PS. ----

O **Sr. Presidente da Assembleia** propôs que se desse início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, proferiu uma declaração política que será transcrita em ata.-----

Pelo **Sr. Presidente** da Assembleia foram colocados à votação os documentos acima apresentados para discussão, tendo sido **Aprovados por Unanimidade**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Conceição Cuco, pela bancada da **CDU**, apresentou uma proposta sobre campanha "**Água é de todos**" que seguidamente se transcreve: (documento 1).-----

"Considerando que-----

- A Campanha "Água e de todos" é hoje um espaço incontornável em defesa da água pública, agregando cerca de cento e cinquenta organizações e movimentos, entre os quais três dezenas de órgãos autárquicos, cujos eleitos representam opções político-partidárias diversificadas.
- Sendo um exercício de cidadania ativa, a referida Campanha tem como propósitos: Fortalecer e intensificar a defesa da fruição da água e do saneamento por todas as pessoas, face ao crescente e violento ataque ao direito universal a água em Portugal. Defender a propriedade e a gestão pública da água como recurso estratégico, meio ecológico essencial a vida e fator sanitário fundamental, bem como das infraestruturas e serviços de água.
- Combater a privatização de sectores, recursos e serviços estratégicos, com ênfase para a concessão e alienação dos monopólios naturais da água e dos serviços de água, em particular a anunciada privatização do Grupo "Águas de Portugal", caminho que tornaria o país ainda mais dependente, injusto e desigual, tal como tem sido confirmado por outros exemplos de venda de sectores estratégicos.
- Exigir a continuação e o reforço do investimento nos sistemas de água, saneamento e tratamento de águas residuais, melhorando os níveis de cobertura das respectivas redes, aumentando a qualidade de vida das populações e protegendo as nossas águas e aquíferos.
- Afirmar claramente que a água não é um bem mercantilizável e exigir a manutenção dos serviços de água sob propriedade e gestão públicas e sem fins lucrativos.
- Na prossecução de tais objetivos, a Comissão Promotora da Campanha "Água é de todos" lançou uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos intitulada "Proteção dos direitos individuais e **comuns** a água", cuja subscrição está em curso e conta já com mais de dez mil assinaturas. Ao abrigo das disposições legais e regimentais, **PROPOMOS:** Que Assembleia Municipal de Odivelas decida aderir a Campanha "Água é de todos", subscrivendo o respectivo Manifesto, em anexo."-----

O referido anexo encontra-se arquivado na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzido.

Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma moção "**A propósito das declarações da responsável da Espírito Santo Saúde**" que seguidamente se transcreve: (documento 2).-----



Assembleia Municipal de Odivelas

"A propósito das declarações da responsável da "Espírito Santo Saúde"-----
No primeiro dia (2/5/2012) dos trabalhos do XXIV Encontro Nacional da Pastoral de Saúde, a responsável da Espírito Santo Saúde - entidade que gere o Hospital Beatriz Ângelo, - Dr.^a Isabel Vaz, declarou: "Tivemos mais consultas de interrupção voluntária da gravidez do que de obstetria [para ter filhos/as]. E algumas das pessoas a repetirem pela segunda ou terceira vez"(ver nota).-----
Argumentou ainda que a "cobertura universal dos cuidados de saúde não é possível", pelo que "não há dinheiro para pagar tudo", e "há que fazer escolhas". Segundo a mesma "não vale a pena fazer declarações de amor ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). O que é imperioso é gerir melhor".-----
Quanto a isto, "gerir melhor" (basta lembrar o que se passa com o Hospital de Cascais, a gestão do Hospital de Braga e os problemas que lá continuam a ocorrer, sem falar do que se passou com o Amadora -Sintra, de tal forma grave, que obrigou à retirada da gestão à maravilhosa empresa que lá estava - Mello Saúde, sendo gerida atualmente pelo Estado), estamos conversados.-----
Estas declarações surgiram na mesma altura em que foram tornados públicos os relatórios da DGS, relatórios alvos de interpretações e leituras bastante dúbias por parte, entre outros/as, da Dr.^a Isabel Vaz, e , no nosso ponto de vista, erradas tendo em conta que esses relatórios mostram não só que o aumento do número de IVG verificado de 2011 para 2010 é menor do que os anteriores, como o facto, por exemplo, do número de IVG realizados por mulheres com menos de 20 anos ter diminuído, ou ainda o dado avançado no relatório mostrando que a grande maioria das mulheres tem hábitos de planeamento familiar consistentes. O Hospital Beatriz Ângelo representa, todos/as sabemo-lo uma das parcerias público privadas (PPP) ruinosas para o Estado, algo que não só a Dr.^a Isabel Vaz não condena como diz sobre as PPP que é "preciso acabar com o mito dos malefícios das Parcerias Público-Privadas". -----
Mito?-----
De facto, não estamos a falar de um "mito" antes estivessem.-----
Aliás, a Auditoria Cidadã à Dívida Pública debruçou-se sobre isto mesmo e provou que este é um exemplo de má gestão de dinheiros públicos e em que interesses privados prejudicam o interesse público. A desvalorização de tal facto por parte da Dr.^a Isabel Vaz é no mínimo estranha, mas grave nomeadamente quando põe em causa o investimento no Serviço Nacional de Saúde e o direito das mulheres, independentemente da sua classe social, puder aceder a uma IVG.-----

(A MAC é a maior maternidade do país, a que realiza o maior número de partos por ano, a que tem uma diferenciação científica e técnica mais desenvolvida, e tem vindo a aumentar o seu montante assistencial nos últimos anos. Mais de 5000 partos foram realizados o ano passado naquela unidade. Mas em Lisboa existe capacidade instalada para partos que é superior àquela que de facto é necessária. Porquê? Porque existem na cidade 4 serviços de obstetria-ginecologia: MAC, Santa Maria, Estefânia e S. Francisco Xavier. E nos últimos 10 anos, o Estado decidiu aumentar a capacidade instalada na Estefânia e em S.



Assembleia Municipal de Odivelas

Francisco Xavier, sabendo de antemão que nestes dois locais o número assistencial era baixo e não se previa que aumentasse. Na MAC também foram realizados investimentos avultados de melhoramento das instalações. A única diferença da MAC para as outras duas é que esta tem vindo a aumentar o número de mulheres que atende. Existem três investimentos, dois fúteis e um muito proveitoso – então qual é a decisão do ministro? Fechar o investimento que valeu a pena! Já os seus antecessores foram negligentes com o Estado ao gastarem dinheiro em algo que não era necessário, mas Paulo Macedo quer ser ainda mais negligente, deitando ao lixo o único dinheiro que foi bem aplicado.-----

Mas o que tem a MAC a ver com a parceria público-privada estabelecida entre o Estado e o grupo BES Saúde para a construção e gestão do novo Hospital de Loures?-----

Em primeiro lugar, uma boa parte do movimento assistencial realizado pela MAC diz respeito à área que abrange o concelho de Loures. Sempre foi assim: enquanto as mulheres de Loures não tinham um hospital perto, recorreram, durante anos, à MAC. Ora, no contrato da PPP de Loures, Estado e grupo BES acordaram a abertura naquele Hospital de um novo serviço de obstetria-ginecologia para a realização de um total de 1800 partos por ano. Isto sabendo que havia um excedente histórico na cidade de lugares para partos. Ou seja, quem negociou este contrato da parte do Estado não se baseou nos estudos que apontavam para este excedente, e foi negligente, pois atribuiu uma função ao novo Hospital de Loures que não era necessária e que é paga à entidade privada.-----

Em segundo lugar, custa bastante acreditar que o grupo BES Saúde, tendo conhecimento deste excesso de oferta, tenha aceitado assinar este contrato sem contrapartidas. Apesar do anúncio oficial ter sido muito recente, os rumores do fecho da MAC têm já alguns anos. Talvez a informação prestada àquela entidade privada na altura da celebração do contrato não tenha sido apenas rumor, mas promessas futuras.-----

Em terceiro e último lugar, está em risco o financiamento estadual ao grupo BES Saúde. A renda anual que é dada àquela entidade para gerir o novo hospital está, contratualmente, dependente do serviço assistencial previamente definido. Ou seja, se os 1800 partos anuais não forem atingidos, o grupo BES perde uma parte pré-definida na renda. Isso aliás está bem explícito no contrato da PPP, na cláusula 72, relativa a falhas de desempenho da entidade gestora do estabelecimento, onde se refere claramente que "Quando ocorram falhas de desempenho, a Entidade Pública contratante tem o direito de proceder a deduções aos pagamentos a realizar à Entidade Gestora do Estabelecimento". Ora é esta parte da renda que a eng.ª Isabel Vaz não quer perder de forma nenhum e é aqui que o fecho da MAC contribui para os seus bolsos.-----

O fecho da MAC deita ao lixo uma importante verba pública, gasta nos últimos anos com a renovação desta unidade, para no futuro colocar mais uma parcela de dinheiros públicos na carteira de um grupo privado).-----



Assembleia Municipal de Odivelas

São, esses os factos que explicam que tenha havido naquela unidade poucas consultas para apoio a gravidezes, isso e o facto da Maternidade Alfredo da Costa, essa mesma que o Governo quer encerrar, ser uma referência no país e para muitas mulheres que naturalmente pois escolhem aquele estabelecimento para questões relativas a gravidezes e maternidade. A isto também não é alheio o facto das políticas impostas pela Troika e seguidas cegamente e até para além da Troika por este Governo aumentarem dramaticamente os níveis de desemprego, subemprego, precariedade, pobreza de grande parte da população o que prejudica em particular determinadas camadas da população nomeadamente as mulheres e no seio delas, as mulheres de origem socioeconomica mais baixa, as mulheres migrantes, entre outras.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 10 de Maio de 2012, decide:-----

1. repudiar este tipo de declarações que utilizam argumentos falaciosos para impor os seus valores conservadores em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e, negar assim o seu direito em poder interromper as suas gravidezes livre e gratuitamente no serviço nacional de saúde e os seus princípios economicistas quanto a favorecer o sector privado em detrimento do público;-----
2. enviar este documento aos órgãos de imprensa locais e nacionais, à direção do Hospital Beatriz Ângelo."-----

José Falcão, pela bancada do BE, -----

Miguel Xara Brasil pela Bancada do CDS/PP-----

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Já agora, uma questão que volta as notícias nacionais, com Canecas e ao concelho de Odivelas.-----
Transmitiu a SIC por duas vezes, sendo que a última foi hoje, uma situação recorrente em Caneças.-----
Trata-se da célebre história dos cavalos abandonados em terrenos particulares ou do domínio público, em diversos pontos da Freguesia de Caneças.-----
Agora vem sendo habitual, nas imediações da Escola Pintor Alves Cardoso, nos Campos de Canecas, haverem cavalos a pastar, mesmo junto aos prédios, ao que parece e segundo afirma a proprietária dos cavalos, que a filha quando vai pra escola, leva os cavalos e quando sai os cavalos regressam com ela.--
Mas não é só isto. Os referidos cavalos percorrem vários locais da freguesia, incluindo espaços públicos, alguns ajardinados, nomeadamente, na zona dos Campos de Canecas.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Disse a proprietária a SIC que os cavalos não fazem mal ninguém e que tem autorização do Presidente da Junta.-----

Não tem autorização e mais, tenho vindo a insistir com a CM para que seja resolvida esta situação que tem origem em instalações de manutenção temporária no Bairro da Fonte Santa, em Canecas.-----

Agora, após esta notícia, tem aparecido telefonemas a tentar saber onde estão os cavalos e se os podem adotar.-----

Trata-se de um problema que não compete a Junta resolver, é do foro Municipal, e depende do veterinário municipal.-----

Os constantes problemas registados pela fiscalização municipal em diversos momentos, incluindo atentados a saúde pública, não obtiveram resultados práticos e a situação continua, e urgente tomar as medidas corretivas que a situação aconselha."-----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS** -----

Pelas **21h00m**, trabalhos foram interrompidos.-----

Pelas **21h15m**, os trabalhos foram retomados.-----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Deputados Municipais: -----

Luis Salmonete, pela Bancada do **PSD**, -----

José Falcão, pela Bancada do **BE** -----

Lúcia Lemos, pela Bancada da **CDU** proferiu uma intervenção que será convertida em Declaração de Voto -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD** -----

Miguel Cabrita, pela Bancada do **PS** proferiu uma intervenção que será convertida em Declaração de Voto -----

Miguel Xara Brasil, pela Bancada do **CDS/PP** -----

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU** -----

Os documentos, acima mencionados, foram colocados à votação tendo sido: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Documento nº1, foi Rejeitado por Maioria, com os votos a favor da CDU e do BE, com os votos contra do PS, PSD, CDS/PP e Independente e com abstenções do MPT.-----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma declaração de voto que por motivos técnicos não é possível a sua transcrição.-----

Documento nº2, foi Aprovado por maioria, com os votos a favor do PS, CDU, BE, Independente e MPT com os votos contra da bancada do PSD e CDS/PP.-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos, Miguel Cabrita e José Falcão** pelas bancadas da **CDU, PS e BE**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----

Lúcia Lemos-----

"A bancada da CDU não obstante concordar perfeitamente com a expressão "ruinosas para o Estado", apesar de retirarem a expressão, vamos manter o nosso sentido de voto, vamos acompanhar o que diz o BE. -----

Ainda que alguns dos considerandos nos merecessem alguns considerandos, porque se dá a entender que afinal o mal da MAC estaria no serviço de obstetrícia no Hospital de Loures. E não é a mesma coisa. Concelho de Loures precisava de um hospital de há mais de 20 anos, o hospital tem um atraso de 20 anos, e deveria ter um serviço de obstetrícia que nunca faria concorrência com a MAC. -----

O que acontece é que pelas condições de vida que os nossos Governos têm presenteados os portugueses, fazem-se menos meninas e meninos. E o que acontece é que se calhar agora há um excedente. E para se garantir a PPP ruínosa para o Estado, vai-se dismantelar a MAC, já não é ruínosa para o Estado. -----

Tirou-se o "ruínoso para o Estado" do texto, mas mantem-se na vida dos portugueses. E esse é que é o problema, é quando a materialidade não corresponde à formalidade. Quando para ficar bem na fotografia, se tiram as palavras, mas depois no dia à dia, se arruína a vida dos portugueses."-----

Miguel Cabrita-----

"Nós entendemos que são declarações muito graves, e qualquer tentativa de ligação entre a interrupção involuntária de gravidez, e a sustentabilidade do serviço nacional de saúde é infeliz. Diria mesmo que é



Assembleia Municipal de Odivelas

quase insultuosa e inaceitável, porque é uma visão claramente distorcida e ideológica daquilo que se passa.-----

O Ministério da Saúde é responsável pelo planeamento familiar por lei, e é também responsável pelo acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo depois de um referendo que democraticamente que consagrou estas questões na Lei Portuguesa.-----

Portanto não faz qualquer sentido este tipo de declarações sobretudo quando estas matérias são uma gota de água nas questões financeiras e no esforço financeiro do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional Saúde.-----

Portanto este de declarações, aproveitando dificuldades financeiras que têm outras raízes, para defender e promover agendas escondidas, é óbvio que nós condenamos e não aceitamos.-----

Votaremos por isso a favor deste documento, com duas questões que queria sublinhar, que têm a ver com o fato de termos, o PS, uma posição bastante diferente daquela que o BE tem sobre as Parcerias Público Privadas, e mesmo sobre a questão da Maternidade Alfredo da Costa. Isto é, sobre as Parcerias valerá pouco a pena estar a falar sobre isso, discutimos muitas vezes essas questões, não temos uma posição de princípio contrária (depende da parceria que é, de como é negociada e em que termos é que ela se faz).-----

E quanto à Maternidade aquilo que nos preocupa, de fato, não é que ela possa fechar (alias o PS já fez declarações públicas nesse sentido), mas é fato de se perder o know how e ser desmantelada, e distribuída por vários sítios. Isso sim é uma perda real.-----

Agora que os Concelhos de Loures e Odivelas."-----

José Falcão-----

"O BE votou a favor, aliás é bancada proponente, mas porque ficaram aqui algumas dúvidas tenho que referir que ficou a ideia de que na proposta haveria alguma coisa contra o serviço de obstetrícia do Hospital, não, antes pelo contrário. A questão é que qualquer hospital deve ter todos os serviços, e é nesse sentido que nós votámos a favor.-----

O que está por detrás é que tinha que a ver um plafond, digamos assim, ao qual começavam a entrar os negócios. E é nesta base que nós votámos a favor. Não é contra o hospital, nem que este exista.-----

É sobretudo a importância de se perceber como é que, uma MAC, pode servir de pedra de troca para o negócio, que é evidente que só nos vem prejudicar a todos."-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para prestar os respetivos esclarecimentos.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

O Sr. Presidente informou o Plenário do pedido efetuado pela Sra. Presidente da Câmara Municipal no sentido de ser retirado o **Ponto 4 – Contratos de Arrendamento – Escola EB1/JI do Casal dos Apréstimos – Pavilhão Multiusos**, sendo o mesmo sido colocado à consideração e Aprovado por Unanimidade

Passou-se de imediato ao Período de Intervenção do Público

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente da Assembleia informou todos os presentes que se registou 1 intervenção do público.

Foi chamada a Sra. Elsa de Fátima Costa Correia Pereira da Silva, que não compareceu.

Após este período, o Sr. Presidente da Assembleia deu início à discussão dos Pontos integrados na Ordem do Dia.

PONTO 1 – REVISÃO ORÇAMENTAL

Presente para deliberação, 1ª Revisão Orçamental, 2012, de acordo com a informação nº2012/4014 de 2012.04.13, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 8ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 18.04.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzida.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra à Srª Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:

Miguel Xara Brasil, pela Bancada do CDS/PP

António Ramos, pela Bancada do PS, proferiu uma intervenção que será convertida em Declaração de Voto

João Figueiredo, pela Bancada da CDU, proferiu uma intervenção que será convertida em Declaração de Voto



Assembleia Municipal de Odivelas

Miguel Xara Brasil, pela Bancada do **CDS/PP** -----

António Ramos, pela Bancada do **PS** -----

Luis Salmonete, pela Bancada do **PSD** -----

António Ramos, pela Bancada do **PS** -----

Luis Salmonete, pela Bancada do **PSD** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD, MPT e Independente e com os votos contra da CDU e BE e com a abstenção do CDS/PP-----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal **António Ramos**, **Luis Salmonete**, **João Figueiredo** pelas bancadas do **PS**, **PSD**, **CDU** respetivamente, que seguidamente se transcrevem:-----

António Ramos-----

"Sendo um imperativo legal a incorporação do saldo de gerência do exercício de 2011, no valor de 1.313.826,82€, no Orçamento de 2012, a presente revisão é também o momento para melhorar e adequar este documento á atual situação, conhecidos que são alguns dados da execução orçamental de 2012.-----

No atual contexto económico, as receitas municipais não apresentam os montantes desejados e orçamentados, e aqui não estamos a considerar os já anunciados 5% de retenção do IMI, verificando-se assim a necessidade de proceder a alguns ajustes, compensados em parte com a incorporação do saldo transitado de 2011. -----

Também ao nível da despesa se verificam ajustamentos, sendo possível e resultado do montante agora incorporado, acolher algumas propostas e ou novos projetos.-----

Propostas e projetos, importantes para o Município, de que salientamos a educação e o social e alguns com compromissos assumidos pelo Município.-----

Referimos o reforço para os refeitórios escolares – 674 mil euros, e o reforço de 45 mil euros para equipamentos escolares.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Referimos as verbas destinadas aos arranjos exteriores das Unidades de Saúde Familiar da Ramada e da Póvoa de Santo Adrião.-----

O Centro de Dia do Olival Basto – 42.500 euros.-----

A futura Esquadra de trânsito da PSP na Póvoa de Santo Adrião – 300 mil euros.-----

Com a presente revisão orçamental, ao nível da receita verifica-se o aumento de outras receitas por contrapartida do decréscimo de receitas correntes, no valor do saldo de 2011 agora incorporado.-----

Já a nível da despesa verifica-se um aumento de 210.321,77€ em despesas de capital, por contrapartida de igual decréscimo de despesas correntes.-----

Considerando que tanto a inclusão do saldo de gerência de 2011, como as alterações propostas, não implicam qualquer aumento dos valores inicialmente orçamentados, a presente Revisão Orçamental é mais um sinal dos níveis de rigor que entendemos se devem manter.-----

Pelo exposto, a bancada do PS, votará favoravelmente a presente revisão Orçamental.”-----

Luís Salmonete-----

“Esta Revisão Orçamental resulta essencialmente da necessidade de incorporar o saldo de gerência do exercício de 2011 no valor de 1.3 13.826,82.-----

Neste momento difícil para as autarquias registamos um aumento, ou, melhor dizendo, propostas de ajustamento em algumas áreas, nomeadamente:-----

- 25.000,00€ para reforço ao Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo de Odivelas;-----

- 6.000,00 para a atividade regular — Programa de Apoio ao Associativismo Cultural;-----

- 42.500,00€ para o Centro de Dia da 3a Idade do Olival Basto;-----

- 300.000€ para a construção da Esquadra de Trânsito da PSP na Póvoa de Santo Adrião;-----

- 674.000,00 para os refeitórios escolares.-----

Entre outros.-----

Registando os factos atrás mencionados votámos favoravelmente.”-----

João Figueiredo-----

“A primeira revisão orçamental agora apresentada não altera os aspetos negativos focados pela CDU quando se discutiu e votou o orçamento para 2012.-----

Tal como no passado, também este ano o orçamento de 2012 foi elaborado de forma empolada, embora o saldo de gerência de 2012, seja mais de um milhão de euros, esse aumento não se reflete no presente orçamento, facto que mostra bem o que dissemos e continuamos a dizer, de que o orçamento de 2012



Assembleia Municipal de Odivelas

apesar de ter um montante global inferior ao do ano passado, continua empolado pois não vemos este valor no orçamento.-----

Embora possamos estar de acordo com alguns dos reforços de verba nomeadamente no que se refere às intervenções no parque escolar ou os quarenta e cinco mil euros para arranjos exteriores das unidades de saúde da Póvoa e Ramada, verbas manifestamente insuficientes.-----

Tal como dissemos, aquando da aprovação do orçamento este continua a não ser o orçamento que o município precisa, sendo elaborado sobre o pano de fundo da crise nacional e internacional, das medidas de austeridade impostas ao País e ao povo. Os compromissos assumidos com a Troika estrangeira e que o Governo PSD ainda amplia do ataque sem precedentes ao poder local democrático, preparado pelo Governo, os efeitos perversos da política desastrosa que vem sendo trilhada no País e as erradas opções na gestão municipal estão aí, de forma cada vez mais acentuada, sem solução à vista e naturalmente condicionam e perpassam todo o documento agora apresentado, políticas e opções em que não nos revemos a que nos opomos para as quais em nada contribuímos e de que não somos minimamente responsáveis e sendo que mesmo após esta revisão, este orçamento está longe de ser o nosso orçamento, o nosso voto só pode ser um voto contra."-----

PONTO 2 - CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS, CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NO REFEITÓRIO MUNICIPAL.-----

Presente para deliberação, Concurso Público para Aquisição de Produtos, Confeção e Fornecimento de Refeições no Refeitório Municipal, de acordo com a informação nº3659 de 2012.03.30, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 7ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 04.04.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzida.-----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, para apresentação do referido Ponto. -----

O Sr. Presidente da Assembleia, colocou o Ponto à discussão não se tendo registado nenhuma intervenção -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

PONTO 3 – PARECER SOBRE AGREGAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NO CONCELHO DE ODIVELAS -----

Presente para deliberação, o “Parecer sobre Agregação dos Agrupamentos de escolas no Concelho de Odivelas” de acordo com a informação nº 4599 de 2012, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 5ª Reunião Extraordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 08.05.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzida.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, para apresentação do referido Ponto. -----

Usaram da palavra neste ponto o seguinte Membro da Assembleia Municipal: -----

Susana Guerreiro, pela bancada **PS**, proferiu uma declaração que será convertida em Declaração de Voto-----

Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu** pela bancada da **CDU** proferiu uma declaração que será convertida em Declaração de Voto -----

José Falcão, pela bancada do **BE** -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD** proferiu uma declaração que será convertida em Declaração de Voto -----

Mariana Cascais, pela bancada do **CDS/PP** -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS** -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU** -----

Mariana Cascais, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que por motivos técnicos não é possível a sua transcrição.-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD** -----

Susana Guerreiro, pela bancada de **CDU** -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU** -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Este assunto é demasiado serio para deixar só para as pessoas da educação. Reforçando a proposta que Luís Salmonete fez, e atendendo que a comissão educação está discutir que atividades é que anualmente cada comissão organiza. Proponho que esta discussão, bem preparada, independentemente de estarmos de acordo sobre a tomada de posição da camara. Existe muitas pessoas que refletem sobre esta matéria. -----

Era um desígnio municipal ter uma discussão seria sobre educação, com base interesse comum, que é a defesa da escola publica e ver a formas como esta pode ser defendida. Sobretudo elevar um debate que só nos pode enriquecer, quer pessoalmente quer ao município. -----
A reflexão conjunta é necessária." -----

Presidente da Assembleia Municipal, **Sérgio Paiva**, -----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS** -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP** -----

António Ramos, pela bancada do **PS** -----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS** -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PS** -----

Presidente da Assembleia Municipal, **Sérgio Paiva**, -----

Sr. Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria** com os votos favor das bancadas do **PS, PSD, CDU, BE, MPT** e **Independente** e com as abstenções da bancada do **CDS/PP** -----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Susana Guerreiro, Francisco Bartolomeu, Luis Salmonete e Mariana Cascais** pelas bancadas **PS, CDU, PSD** e **CDS/PP** respetivamente, que seguidamente se transcrevem: -----

Susana Guerreiro-----



Assembleia Municipal de Odivelas

"Parecer sobre proposta de agregações de escolas do concelho de Odivelas"-----

A Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT) nos termos do Despacho n.º 4463/2011 de 11 de março, após auscultação da Câmara Municipal de Odivelas e dos diretores de escolas, que se pronunciaram sempre desfavoravelmente, remeteu a sua proposta de unilateral de agregações no âmbito do planeamento da rede escolar para 2012/2013 ao Município de Odivelas para pronunciamento dos órgãos Municipais, no prazo de dez dias.-----

Esta proposta contempla a agregação de todas as escolas secundárias até ao final deste ano escolar (Escola Secundária de Odivelas com o Agrupamento de Escolas Avelar Brotero; a Escola Secundária de Caneças com o Agrupamento de Escolas de Caneças; Escola Secundária Braamcamp Freire com o Agrupamento de Escolas da Pontinha, e a Escola Secundária Pedro Alexandrino com o Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santo Adrião), com exceção da Escola Secundária da Ramada e do Agrupamento de Escolas Vasco Santana, ficando esta agregação condicionada a uma reorganização prévia do número de alunos.-----

Para a Bancada do Partido Socialista, esta é uma proposta que em nada beneficiará a qualidade pedagógica do ensino, princípio fundamental que entendemos dever ter sempre a primazia, em qualquer reforma que se faça na área da educação.-----

Aliás, ninguém consegue perceber de que forma esta reforma vai servir os objetivos a que se propõe, nomeadamente de "promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar", "reforço da coerência do projeto educativo e a qualidade", de favorecimento da transição adequada entre níveis e ciclos de ensino, ou de "prevenção da exclusão social e escolar", quando esta não é suportada por qualquer estudo técnico ou científico, sendo rejeitada por quem tem conhecimento efetivo do terreno e das dificuldades que se colocam à gestão escolar.-----

O PS tem dito incessantemente que há mais vida para além do défice, que necessitamos de políticas de crescimento e nada é mais importante para o desenvolvimento económico e social de um País do que a educação e a qualificação.-----

Este Governo, que fica na história como aquele que mais cortou na educação pública, tem prosseguido numa lógica meramente economicista de curto prazo, que vai acrescentar graves problemas à gestão diária, já de si difícil, das escolas, lançando, com esta medida (e com outras, como o aumento absurdo de alunos por turma) milhares de professores no desemprego.-----

Também no capítulo do desemprego, este Governo parece não se cansar de "fazer história..."-----

Toda esta pressa, que vai lançar o caos numa altura em que já se prepara o próximo ano letivo, resulta num processo atabalhoado que deixa por responder dúvidas importantes e muito concretas, como por exemplo:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

• Como é que será possível articular o funcionamento de escolas que, no que diz respeito ao pessoal não docente e à responsabilidade sobre o edificado e o equipamento dependem de entidades diferentes (Min. Da Educação e Municípios?)-----

• Como é que se vai assegurar a continuidade dos projetos educativos em curso?-----
Entendemos que este processo prejudica a qualidade do projeto educativo em vigor, interrompe de forma abrupta o ciclo de gestão dos diretores legitimamente eleitos até ao final do ano escolar 2012/2013, introduz mais complexidade e dificuldades na gestão escolar, afasta ainda mais os centros de decisão dos problemas concretos do dia a dia das escolas, e carece de muita clarificação no que diz respeito ao relacionamento entre o Ministério da Educação e as Autarquias.-----

Os factos revelam que a transferência de competências ao nível do 2º e 3º ciclos não correu bem, com as dívidas da Administração Central para pagamento do pessoal não docente a asfixiarem financeiramente as Câmaras Municipais, pelo que rejeitamos também, de forma liminar, qualquer tentativa encapotada de transferência de mais responsabilidades para o poder local, sem o pacote financeiro adequado.-----

Esta é mais uma medida através da qual este Governo tem reiterado o seu ataque à escola pública, pilar da justiça e da equidade social, e mais uma medida mal preparada e mal justificada, pelo que a nossa posição só poderia ser desfavorável à proposta de agregação apresentada, apoiando a posição manifestada, de forma unânime pela Câmara Municipal, pelos Diretores de agrupamento do Concelho de Odivelas e pelo Conselho Municipal de Educação."-----

Francisco Bartolomeu-----

"No OE para 2012, as verbas para a Educação sofrem mais reduções.-----

Ninguém duvida que tal acontecerá a custa do despedimento de milhares de docentes, com as medidas a tomar já em Setembro.-----

Anuncia-se:-----

- o fim da disciplina de EVT, o fim dos desdobramentos nas ciências experimentais no 2º ciclo, da formação cívica, do estudo acompanhado, que será garantido por professores a margem da sua componente letiva, entre várias outras medidas. Mas não só, pois a essência desta revisão curricular e a promoção automática dos mega-agrupamentos e a ofensiva contra a gestão democrática.-----

A desvalorização da Educação soma e segue, em nome dos milhões de euros de redução as ordens das troikas.-----

Vejamos o caso do 1º ciclo, cujo currículo é desvalorizado quando em detrimento da atividade curricular diária se deu prioridade na elaboração dos horários aos interesses das empresas privadas que asseguram as atividades extracurriculares permitindo que estas interfiram nas aprendizagens.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Perante o que referi, temos que nos decidir- ou optarmos pelos cortes no OE para a Educação ou pelas crianças e o futuro de Portugal. É bíblica a frase 'não se pode servir a 2 senhores'. E que as escolas são para as crianças.-----

Em nome do sucesso educativo e do combate ao abandono escolar vem este governo impor mudanças que afetarão negativamente os diferentes ciclos e níveis de ensino, sem que tenhamos esquecido que a pretexto do redimensionamento da rede escolar já o governo PS/Sócrates tinha levado ao encerramento de milhares de escolas. E como cortar e o que está em cima da mesa, ataca-se a escola pública, talvez para imitar o sistema forte americano pelo qual o Ministro Crato não esconde publicamente a sua simpatia — há uma escola para as elites e depois uma outra "dos mininos" para o resto da população. Se bem se lembrarm, em Portugal já foi assim.-----

A baioneta, o Governo PSD/CDS quer impor o emparcelamento e agrupamento de escolas, empurrando para o desemprego milhares de profissionais da Educação. Tudo isto para nos fazer pagar a nacionalização dos prejuízos dos BPNs; a escola pública que corte o que os bancos não pagam em impostos.-----

Os atuais inquilinos do MEC — bons alunos das troikas- querem usar o abominável mundo dos mega-agrupamentos para atingir os seus objetivos. Contra tudo e contra a comunidade educativa, com a razão da força porque não tem a força da razão. Já Isabel Alçada tinha criado um conjunto de mega-agrupamentos cuja população rondava os 3000 alunos, decisão que mereceu um coro de críticas também daqueles que agora estão no Governo. Uma vez no Poder, esqueceram tudo o que disseram na altura em que eram oposição mas agora querem aprofundar esta irracionalidade. Em algumas direções regionais já se trabalha para mega-agrupamentos com 3400 alunos e até mais.-----

Isto é inaceitável. O pedagógico deve prevalecer sobre o administrativo, restituindo aos professores e a escola pública a confiança, a consideração e o valor social que de facto merecem.-----

Continua por se fazer a avaliação dos estragos provocados pelos agrupamentos e já vamos em mega-agrupamentos. Haja coragem para ouvir a comunidade educativa. Antes que seja demasiado tarde.-----

Consideramos que os agrupamentos de escola e as escolas não agrupadas existentes em Odivelas — a propósito, alguém sabe o que vai acontecer as escolas de Famões- já se revestem de características de mega - agrupamentos, quer pela dimensão quer pelo distanciamento geográfico entre escolas do mesmo agrupamento e discordamos em absoluto da proposta da DRELVT que se baseia em critérios que rejeitamos.-----

Somos pela defesa da escola pública de qualidade para todos e a comunidade educativa sabe que pode contar com a firme oposição da CDU a estas medidas, bem como toda a nossa solidariedade nas ações que entendam desenvolver a favor de tão nobre causa.-----

Por tudo isto, votaremos favoravelmente o parecer emitido pela câmara municipal a propósito deste ponto.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Luís Salmonete-----

"Nós estamos de acordo com a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara, e que é presente a esta Assembleia Municipal.-----

Só tenho um pequeno reparo relativamente à intervenção que fez a Srª Deputada Susana Guerreiro. Tenho que concordar consigo quando diz que o Governo não transfira as verbas para o pessoal não docente, com o encargo que assumiu com a Câmara Municipal de Odivelas. Mas também é verdade Srª Deputada, e não se esqueça que ao contrário de Odivelas, a maioria dos Municípios na área Metropolitana Lisboa, não aceitou essa responsabilidade. Lisboa foi um deles, não foram só os 8 Municípios da margem sul, que nenhum aceitou, precisamente por causa disso.-----

E eu não quero estar a dizer que foi uma má decisão ou uma boa decisão, foi a decisão que foi tomada na altura, mas provavelmente se não tivesse ido tão rápido a aceitar o que tinha sido uma proposta do Governo na altura, talvez não estívéssemos agora com as dificuldades que estamos a ter. -----

No entanto tenho que lhe dizer que é lamentável que o Governo não transfira as verbas que acordou na devida altura."-----

Mariana Cascais-----

"Queria dizer que o CDS/PP também tem algumas preocupações sobre esta matéria.-----

Julgo que todos têm e que esta matéria carecia de algum aprofundamento, mas apesar de considerar que os Concelhos divergem uns dos outros e não devem ser tratados da mesma maneira, não podemos votar favoravelmente a presente proposta, porque não concordamos com os argumentos que foram esgrimidos aqui.-----

Não concordarmos que isto seja tratado na base da falta de espírito democrático, na base da exclusão social, do não sucesso escolar, a partir destas medidas.-----

E por lado consideramos que, todas as mudanças colidem com alguns poderes, e acho que estas coisas têm vindo a ser sucessivamente associadas, de poder ou ganhos de poder, e com isso não estamos de acordo.-----

Por isso vamos votar contra a proposta."-----



Assembleia Municipal de Odivelas

PONTO 4 - CONTRATOS DE ARRENDAMENTO – ESCOLA EB1/JI DO CASAL DOS APRESTIMOS – PAVILHAO MULTIUSOS. -----

Foi retirado da Ordem de Trabalhos -----

Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou encerrada definitivamente a Sessão pela **23h20m**, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 2º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----

[Handwritten signatures of the President and Secretaries]